

La evaluación psicológica y la toma de decisiones por parte del psicólogo: Un estudio on-line sobre psicólogos brasileiros

*Adriana Coura Feitosa Lopes**

*João Carlos Alchieri***

Resumen

El área de la evaluación psicológica (EP) se fundamenta en teorías científicas que permiten comprender los fenómenos psicológicos complejos y en los avances, impulsados por las nuevas demandas y realidades, que han requerido una redefinición de los métodos, técnicas y teorías en las que se apoya. Así resulta fundamental investigar las decisiones tomadas en la preparación, la planificación y la ejecución del proceso de la evaluación psicológica, pues queda claro que las dificultades en esta área se refieren, principalmente, a la formación profesional, así como también a la falta de investigaciones que promuevan satisfactoriamente el desarrollo en esa área. Este estudio tuvo como objetivos: verificar el porcentaje de profesionales de la psicología en la región noreste de Brasil que utilizan la evaluación psicológica; analizar el perfil de esos profesionales en términos de género, antigüedad en la profesión, formación adicional en EP y el estado/provincia del país en el que trabaja; verificar cómo los psicólogos realizan la planificación para desarrollar de EP; e identificar las diferencias que se puedan observar en relación con el tiempo de ejercicio profesional y con la formación complementaria, en cuanto a la planificación del proceso de evaluación en las diferentes áreas. El instrumento utilizado fue un cuestionario en línea y la muestra fue incorporada por adhesión a la propuesta. Participaron 159 profesionales, en su mayoría mujeres, con título de especialista. Se encontró que la mayoría de los profesionales planificaba la EP, estableciendo un método y seleccionando las estrategias más adecuadas para su aplicación. Los resultados permiten afirmar que el ejercicio de la profesión requiere de una práctica reflexiva al realizar evaluaciones psicológicas, lo que permitirá tomar decisiones importantes frente a las diferentes necesidades que surgen en los distintos contextos en que los psicólogos actúan.

Palabras clave: Evaluación Psicológica - Decisión - Formación - Actuación Profesional - Psychological

Assessment and decision-making: an online study on brazilian psychologists

Abstract

The area of Psychological Assessment (PA) is based on scientific assumptions that allow the understanding of complex psychological phenomena, and in the advancements, which are driven by new demands and realities, that have required the redefinition of methods, techniques and scientific theories. Investigating decision-making in the process of designing, planning and executing psychological assessment becomes essential because it is clear that the difficulties in the area refer, primarily, to professional training, as well as to the lack of research that would promote the adequate development of the area. This study aimed at identifying within the respondents, the percentage of psychologists in the Northeastern region of Brazil who use Psychological Assessment; analyzing the profile of these professionals in terms of gender, time since graduation, additional training in PA and the State where the professional works; checking how psychologists plan the PA process; and identifying which differences can be observed when considering the time of professional practice and the additional training, regarding the planning of the evaluation process in different areas. The instrument used in this study was an online questionnaire and the sample chosen by adhesion to the proposal. 159 professionals participated, of whom the majority were females with a specialist degree. It was found that most professionals elaborate a plan when using PA, establishing a method and choosing the most appropriate strategies to be used. The results allows confirming that the practice of the profession requires being thoughtful when conducting PA. This will facilitate making important decisions when facing different needs that arise from the various contexts in which psychologists operate

Keywords: Psychological assessment - Decision - Training - Performance.

**Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Brasil. E-mail: jcalchieri@gmail.com

Introdução

Sabe-se que, que o simples credenciamento dos instrumentos não garante uma prática eficaz em Avaliação Psicológica embora seja uma medida necessária. O ponto central situa-se na competência profissional para o uso adequado de tais informações e para o oferecimento de uma ajuda eficaz, a partir do emprego do conhecimento psicológico disponível (Primi, 2011). Significa dizer que, o que irá fazer a diferença entre uma prática na qual o psicólogo acaba fazendo uma discriminação social inadequada a partir do resultado de um teste e outra, na qual o psicólogo tem uma compreensão com discernimento das diferenças individuais, as quais são relevantes para a formação da opinião profissional, será sem dúvida a competência do profissional para o uso dos instrumentos na avaliação psicológica (Hazboun & Alchieri, 2014)

Porém, ao se avaliar a formação dos profissionais de psicologia em AP fica claro que a formação brasileira ainda precisa ser repensada (Alchieri & Bandeira, 2002; Noronha et. al., 2005; Noronha, Primi & Alchieri, 2005). “O pouco conteúdo abordado com o futuro psicólogo nos cursos de graduação refere-se à administração e à avaliação de determinadas técnicas, e muitas vezes permeado de um automatismo acrítico” (Noronha & Reppold, 2010, p. 198).

É necessário, de acordo com Löhr (2011), dar ao graduando condições para que saiba organizar as informações coletadas e estruturar a apresentação dos resultados em laudos, relatórios e pareceres técnicos, conforme a especificidade da solicitação e respeitando as orientações do Conselho Federal de Psicologia – CFP (Res. 7/2003). Sintetizar e apresentar os resultados da avaliação de forma apropriada, fornecendo as informações solicitadas com clareza, objetividade, mantendo o respeito e o sigilo profissional perante o participante do processo avaliativo, garantem que a profissão ganhe em credibilidade com a comunidade e valoriza o trabalho da Psicologia em equipes inter e multiprofissionais.

É imprescindível destacar que, a Avaliação Psicológica pode ser definida como um processo amplo, composto basicamente por três etapas: a) identificação de necessidades, comportamentos e processos psicológicos, podendo ser feito nesta etapa o uso de entrevista, observação, testes psicométricos e outras técnicas para a elaboração de descrições e obtenção de escores; b) integração dos dados, tanto os descritivos quanto os escores, para classificação de tipologia e de perfil; e c) formulação de hipóteses diagnósticas por meio da interpretação dos dados. Quando for o caso, a Avaliação Psicológica também inclui recomendações sobre intervenções terapêuticas que visem ao bem-estar da pessoa atendida (Paula, Pereira & Nascimento, 2007).

Em outras palavras, Santos (2011) define a Avaliação Psicológica como um processo técnico e científico realizado com pessoas ou grupos de pessoas, que se vale de diversos métodos, técnicas e instrumentos. Entre eles, estão os testes psicológicos, aos quais se

recorre quando se pretende medir uma característica psicológica (p. ex.: inteligência, personalidade, atenção, entre outros). Sempre será necessário que a escolha do método ou dos testes específicos seja feita de acordo com a especificidade do contexto. Ou seja, a escolha das estratégias e dos instrumentos empregados é feita sempre de acordo com o referencial teórico, o objetivo (clínico, profissional, educacional, forense etc.) e a finalidade (diagnóstico, indicação de tratamento e/ou prevenção), conforme Ocampo et al. (2005), Arzeno (2003) e Trinca (1984a).

Quando um psicólogo decide pela aplicação de um teste psicológico deve, inicialmente, verificar se o teste que será empregado é adequado ao indivíduo, ou seja, se é validado e padronizado para um grupo de pessoas (amostra) que apresenta determinadas características que sejam semelhantes às apresentadas pelo cliente. Essas características podem ser, por exemplo, a faixa etária, o grau de escolaridade, o sexo, etc. (Leite, 2011). A utilização de um teste inadequado para o cliente que vai ser examinado leva a um resultado sem nenhum significado ou, pelo menos, de confiabilidade altamente questionável. Não se pode, nesses casos, inferir significados psicométricos nem clínicos para a medida efetuada, se não houver compreensão por parte do profissional sobre estes significados (Hazboun, & Alchieri, 2013).

Lamentavelmente, a dificuldade de compreensão dos parâmetros de avaliação de um teste é evidenciada na pesquisa desenvolvida por Vendramini & Lopes (2008), que indica que informações sobre evidências de validade e evidências de precisão contidas nos manuais dos testes, são geralmente lidas por menos da metade dos psicólogos e menos de metade dos estudantes investigados em seu estudo. Questionados sobre a importância dessa leitura, apenas 29,2% dos profissionais estudados consideraram-no importantes para atualização profissional. Entre os estudantes, somente 39,1% considera tal leitura útil para a utilização segura dos testes e 30,4% dos discentes afirmaram não ter interesse nessas informações. Pesquisas anteriores (Catão, Coutinho & Jacqemin, 1997; Pasquali & Alchieri, 2001; Hutz & Bandeira, 2003) já haviam sido suscitadas em função de problemas éticos, questionamentos sistemáticos quanto à fidedignidade e a validade dos testes e interpretações mal feitas dos resultados e concepções erradas de sua natureza e seu objetivo.

O posicionamento do psicólogo diante dessa demanda do processo de avaliação exige desse profissional o desenvolvimento de competências e habilidades que pressupõem o estabelecimento de um vínculo profissional baseado na verdade e que marque a crença no potencial humano de crescimento e transformação. Além disso, as estratégias, que caracterizam o método que delineará a ação investigativa do psicólogo, servem como facilitadoras do encontro do sujeito da avaliação com suas potencialidades e fragilidades, para então essas serem mostradas ao profissional que está ali disponível a acolhê-las (Siqueira & Oliveira, 2011). Pode-se acrescentar que, ao escolher

que método utilizar no processo de avaliação, o profissional precisa realizar um planejamento cuidadoso.

Contudo, os anos de graduação, comprovadamente, ainda não permitem ao profissional ter acesso aos domínios da ciência psicológica na área de AP. Enquanto a formação brasileira não é transformada há que se questionar se os profissionais que estão atuando nessa área de Avaliação Psicológica têm buscado uma formação continuada, incluindo nesse contexto o aprendizado de um cuidadoso planejamento ao utilizar a avaliação.

Investigar a tomada de decisão em como é elaborado, planejado e executado, o processo de avaliação psicológica é fundamental, pois, conforme discutido anteriormente, fica claro que, as dificuldades encontradas nesta área, referem-se prioritariamente à formação do profissional, assim como à falta de pesquisas que promovam satisfatoriamente o desenvolvimento da área. Por trás deste cenário em que predominam controvérsias e polêmicas, existem duas preocupações básicas: como a avaliação tem sido entendida e utilizada pela comunidade profissional e como ela tem sido proposta e ensinada nos cursos preparatórios (Noronha, 2002;).

Além disso, o uso inadequado de instrumentos e técnicas influencia a imagem da profissão na sociedade em geral, repercutindo também na comunidade científica, o que denota a relevância da tomada de decisão no processo de AP. Assim, as escolhas adequadas devem ser resultado de um efetivo planejamento. Cabe destacar a frequência acentuada de pesquisas e investigações realizadas nas regiões sul e sudeste do país (Noronha, Primi & Alchieri, 2005), sem que demais áreas estejam contempladas de forma a possibilitar o entendimento desta problemática.

Com base no exposto, os objetivos deste trabalho são verificar como, os psicólogos que atuam na Região Nordeste do Brasil realizam seu planejamento, sua tomada de decisão, ao atuarem num processo de AP, bem como identificar quais diferenças podem ser verificadas em termos de tempo de atividade, formação complementar no planejamento do processo avaliativo em distintos âmbitos; identificar dentre os respondentes o percentual de profissionais em Psicologia que fazem uso da Avaliação Psicológica no Nordeste brasileiro; e, analisar o perfil desses profissionais em termos de gênero, quanto tempo tem de graduado, formação adicional em AP e estado onde atua.

Método

Tipo de pesquisa. O presente trabalho foi realizado mediante a pesquisa quantitativa que emprega técnicas estatísticas. Um dos desafios impostos ao pesquisador hoje diz respeito a escolha de que tipo de investigação científica e estratégias serão utilizadas para atingir seus objetivos. Neste caso, optou-se por realizar uma pesquisa tipo *survey* com uso de questionário *online*.

Segundo Malhotra (2006) as pesquisas realizadas com auxílio da Internet estão ficando cada vez

mais populares entre os pesquisadores, principalmente devido às suas vantagens (Carneiro & Dib, 2011; Freitas, Janissek-Muniz & Moscarola, s/d Vieira, Castro & Schuch Júnior, 2010;), entre as quais figuram os menores custos (Gunter et al., 2002; Ray & Tabor, 2003; Taylor, 2000), rapidez e a capacidade de atingir populações específicas, assim como, do ponto de vista do respondente, é possível responder da maneira que for mais conveniente, no tempo e local de cada um. Além disso, não há necessidade do investigador para explicar as instruções e supervisionar, o que torna os indivíduos menos inibidos e mais confortáveis (Dolnicar et al., 2009; Gosling et al., 2004; Kraut et al., 2003).

Participantes

Participaram da pesquisa 159 psicólogos com cadastro ativo nos Conselhos Regionais de Psicologia (CRP) situados na Região Nordeste. É válido destacar que, a amostra foi de conveniência, ou seja, foi de livre adesão em técnica de *snowball*.

Instrumento

Para atingir os objetivos propostos a presente pesquisa utilizou como instrumento de coleta de dados questionários *online*, através de um site comercial, o *surveymonkey*, onde foram administrados em profissionais de Psicologia nos nove estados da Região Nordeste do Brasil. O instrumento foi construído com base nos objetivos da pesquisa e na literatura específica da área. O questionário com uma breve apresentação da pesquisa solicitava e-mail e número do Registro Profissional para garantir que apenas profissionais de psicologia o respondessem. O questionário tem questões acerca dos dados sócios demográficos e da profissão, tempo de formado, pós-graduação. As demais questões dizem respeito a como o profissional realiza seu planejamento ao atuar numa AP, em que área mais atua (clínica, organizacional, educacional, social, jurídica, etc.), com qual faixa etária trabalha, e outras. O instrumento foi construído com base nos objetivos supracitados da pesquisa, na literatura específica da área e em estudos já concluídas do grupo de pesquisa.

Procedimentos

O projeto foi enviado e aprovado pelo comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande do Norte sob o parecer de número 184.344/13.

A partir do contato realizado com os Conselhos Regionais de Psicologia situados na Região Nordeste enviou-se para os Conselhos o convite para os psicólogos responderem a pesquisa. A estratégia de divulgação também utilizou as redes sociais, buscando especificamente os contatos dos Conselhos Regionais e os grupos de psicólogos do Nordeste. Ao acessarem o link da pesquisa os participantes deveriam antes de responder o questionário ler e consentir o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

A coleta de dados ocorreu durante cinco meses, sendo de abril a agosto de 2013. Durante a coleta foi criada uma base de dados para armazenamento dos resultados, os quais eram migrados para uma planilha eletrônica para avaliação e correção informatizada, útil aos procedimentos de análise que foram representados em termos de análise descritiva, com auxílio do programa *Statistical Package for Social Science* – SPSS versão 20.

Resultados

Dos 159 respondentes 53 relataram não utilizarem a Avaliação Psicológica. Destes 53 participantes que afirmaram não utilizar AP 16,9% são homens e 82,7% são mulheres. Mais da metade, 54,5%, residem na capital do estado onde atuam, enquanto 39,4% encontram-se no interior. As idades por sua vez variam de 22 até 59 anos, sendo a maioria com 22 a 29 anos (54,52%). O tempo de graduado variou bastante, indo de apenas 2 meses de formado até 31 anos, mas, a maioria, 65,8%, graduou-se nos últimos cinco anos. Ainda em relação ao perfil dos participantes que não utilizam a Avaliação Psicológica, 43,2% deles tem como titulação máxima a graduação, 47% são especialistas, 7,5% mestres e um deles possui doutorado.

Dos 106 participantes que afirmaram fazer uso da avaliação psicológica 87,6% são do sexo feminino e 12,4% do sexo masculino. A idade variou de 22 a 65 anos, sendo a maioria, 41,2%, com faixa etária de 30 a 39 anos, seguidos de 35,3% com idade de 20 a 29 anos, 11,5% com 40 a 49 anos, 7,8% 50 a 59 anos e 5 pessoas (4,8%) com faixa etária de 60 a 69 anos.

Em relação a distribuição dos participantes por estado onde atuam 5 participantes não apontaram seu estado, 27,4% : encontram-se no Rio Grande do Norte, 15,1% em Pernambuco, 12,3% no Piauí, 10,4% na Paraíba, 9,4% no Ceará, 9,4% na Bahia, 6,6% no Maranhão, 2,8% em Alagoas e 1,9% em Sergipe.

Desses participantes 70,5% residem na capital do estado enquanto 29,5% moram no interior. O tempo de formado variou sendo 42,6% graduado nos últimos cinco anos, 24,5% de 6 a 10 anos atrás, 17% com 11 a 20 anos, 8,5% com 21 a 30 anos de graduado e 3,8% que se graduou de 31 a 41 anos. A maioria tem o título de especialista (51,4%), seguido de graduados (24,8%), 19% Mestres e 4,8% Doutores. O ano de obtenção da titulação máxima variou de 1992 a 2013, tendo 24,2% concluído sua pós graduação ou graduação em 2012, 15,2% em 2011 e 12,1% em 2013.

Em relação a frequência com que os participantes utilizam a avaliação psicológica 38,5% afirmaram usar toda semana, 27,9% utiliza todo mês, 26,9% utiliza eventualmente, enquanto 6,7% raramente usa. Ao serem questionados acerca da participação nos últimos dois anos em algum congresso ou evento sobre AP 51,9% afirmou não ter participado e 48,1% participou.

Na questão sobre os cursos de formação e/ou aperfeiçoamento em Avaliação Psicológica 35

participantes afirmaram não terem feito nenhum, 9 não responderam a questão, 10 responderam sim, porém, sem colocar qual curso ou aperfeiçoamento realizou, e, os demais, encontram-se distribuídos segundo oito Categorias, citadas a seguir com suas respectivas frequências e alguns exemplos das respostas fornecidas. Ressalta-se que, uma pessoa pode estar inserida em mais de uma categoria por ter realizado mais de um curso de formação na área:

Cursos de testes psicológicos – essa categoria foi apontada 16 vezes e envolve todos os cursos referidos pelos participantes que dizem respeito a testes, conforme mostram as transcrições das respostas: “Teste de Rorschah, PMK”, “Cursos realizados: WISC-IV, Pirâmides Coloridas de Pfister, Wisconsin”;

Especialização e cursos na área de psicologia do Trânsito (perito) – foi apontada 11 vezes e traz “Curso de Capacitação para Psicólogo Perito Examinador do Trânsito (180h). Atualmente curso Especialização em Psicologia do Trânsito”;

Especialização e cursos de Avaliação Psicológica – apontada 10 vezes e foi referida como “Curso de Métodos e Avaliação Psicológica”, “Especialização”;

Concluíram ou estão fazendo Mestrado na área de AP – apontada 6 vezes, trouxe como respostas “Faço Mestrado”; “Fiz Mestrado na área de Avaliação Psicológica”;

Seminários e/ou Cursos de curta duração sobre AP, instrumentos de avaliação ou Laudo e parecer – também apontada 6 vezes e refere-se a “Seminário: Novas abordagens na prática de avaliação psicológica (SP)”, “Fiz cursos de curta duração em instrumentos de avaliação específicos”;

Curso ou especialização em Neuropsicologia – apontada 5 vezes traz nas respostas “Especialização em neuropsicologia clínica”, “Fiz especialização em Neuropsicologia Clínica e Ensinei Avaliação Psicológica no Ensino Superior”;

Curso de extensão, monitoria ou estágio em AP ou Psicodiagnóstico durante a graduação – essa categoria apontada apenas 4 vezes refere-se a “Curso de extensão durante a graduação”, “Fiz estágio curricular obrigatório em Psicodiagnóstico”;

Curso ou Especialização em Psicodiagnóstico – essa foi a categoria menos referida com apenas duas respostas, a citar, “No momento estou fazendo especialização em psicodiagnóstico”, “Psicodiagnóstico psicodinâmico.”

A principal área de atuação referida pelos participantes foi a Clínica com 34%, seguida da Trabalho/Organizacional 21,6%, Trânsito com 13,2%, Saúde/Hospitalar 9,4%, Forense e Social/comunitária cada uma com 4,7%, Vocacional 3,7% e Porte de Armas com 2,8%.

A faixa etária com que os participantes mais atuam em AP é a de adultos (21 a 64 anos), sendo apontada por 63,4%, seguida de 20,8% que trabalham com crianças, 14,9% que trabalham com adolescentes e apenas 1% que trabalha em AP com idosos. Ao

realizarem suas Avaliações Psicológicas 76,7% dos participantes desenvolve um planejamento, ou seja, estabelece os objetivos da avaliação e em seguida o método para seu alcance, enquanto 15,5% apenas selecionam os instrumentos e testes que julga importante utilizar, e, 5,8% não realiza planejamento, vai desenvolvendo a Avaliação de acordo com a demanda.

Relacionado à forma como realizam o planejamento em AP por âmbito de atuação percebeu-se que todos os profissionais que atuam na área Educacional/Escolar e de Porte de Armas realizam o planejamento, estabelecendo seus objetivos e em seguida o método para atingi-los; 90% dos que atuam na área de Saúde/Hospitalar, 80% da área Clínica, 78% da Trabalho/Organizacional também seguem o mesmo tipo de planejamento. Os participantes das demais áreas também trabalham seguindo esse planejamento, porém numa frequência um pouco menor que essa mencionada, destaca-se a área Forense, a qual foi a única que 50% de seus participantes não realizam o planejamento mencionado, mas 33,3% escolhe os testes e os instrumentos que julga importante utilizar, e 16,6% não realiza planejamento, vai desenvolvendo a Avaliação de acordo com a demanda.

Observando o contexto de atuação em relação a titulação máxima verificou-se que 33,3% dos participantes que atuam na Clínica são Mestres, 25% tem Especialização e 13,8% são Doutores, o que significa que do total de participantes da pesquisa todos os Doutores atuam na área Clínica. Quem atua no âmbito Trabalho/Organizacional tem sua maioria de Especialistas com 65,2% assim como na área do Trânsito com 64,2% de participantes com o título de Especialista. A área de Saúde/Hospitalar e Forense, bem como a Clínica, tem um percentual de Mestres com 30% e 28,5%, respectivamente. E a área Social/Comunitária destaca-se por ser a única que sua maioria é constituída de graduados (60%).

Ao verificar a área principal de atuação com o relato de uso da avaliação Psicológica constatou-se que, quem mais utiliza a AP são os participantes que trabalham na área do Trânsito, pois 78,5% usam semanalmente, seguidos da área Porte de Armas com 66,6% de uso toda semana e Trabalho/Organizacional com 47,8%. Ressalta-se ainda que, 20% dos participantes que atuam na área Escolar/Educacional raramente utilizam a AP, 11,1% da área Clínica também referiram usar raramente e nas demais áreas nenhum participante mencionou ficando distribuídos na frequência de uso semanal, mensal ou eventual.

Em relação a elaboração do planejamento técnico (estabelecimento de um método e escolha das estratégias mais adequadas a serem utilizadas) 44,3% refere que *sempre* o realiza, enquanto 27,4% utiliza *muito*. O plano estabelecido é aplicado segundo os respondentes muitas vezes por 39,6% dos participantes e 32,1% sempre, ressaltando-se que, nesta etapa, a frequência “muito” aparece maior que a frequência “sempre” pela primeira vez. Relacionando o âmbito de atuação a realização do planejamento técnico numa AP

constatou-se que, nas áreas Clínica (50%), Trabalho/Organizacional (39,1%), Trânsito (35,7%), Educacional/Escolar (80%), Saúde/Hospitalar (50%) e Vocacional (75%) a maioria dos participantes sempre realiza tal planejamento, ou seja, *sempre* estabelece um método e estratégias adequadas a serem utilizadas. Porém, no âmbito Forense 50% dos participantes utiliza muito o planejamento técnico, enquanto na área Social/Comunitária cada frequência (sempre, muito, às vezes, raramente e nunca) foi apontada por 20% de seus participantes e, na área de Porte de Armas a maioria, 66,6%, não respondeu a questão. Destaca-se também o fato de que, apenas no âmbito Clínico o planejamento técnico foi apontado por uma pessoa com a frequência de *nunca* utilizá-lo.

Conclusão

Inicialmente cabe salientar algumas considerações sobre os aspectos metodológicos devido a possibilidade de limitações advindas da amostra e das especificidades de uma investigação realizada como método de survey eletrônico. Com as implicações da informatização e das vantagens de administração de enquetes tem-se muito facilitado o envio de questionários e o processamento rápido de seus resultados como demonstram Lefever & Matthíasdóttir (2007). Contudo, os resultados podem ter impacto cuja expressão não se evidencia de forma rápida e precisa, especialmente em um país de dimensões continentais e multicultural como o Brasil. Além disso, cabe ressaltar o alerta de Wright (2005) ao explicar que, a tecnologia para pesquisa com questionários online é recente e está evoluindo. Até recentemente criar e conduzir uma pesquisa online era uma tarefa que consumia muito tempo e necessitava de familiaridade com linguagens de desenvolvimento web como o código HTML. Apesar das vantagens que incluem o acesso a indivíduos em locais remotos e a conveniência de se ter uma coleta de dados automatizada, as desvantagens incluem a incerteza sobre a validade dos dados, problemas com as amostras e preocupações com o design, implementação e avaliação da pesquisa. Ocorre que, alguns grupos de organizações podem dar listas de e-mails de membros para ajudar os pesquisadores a estabelecerem uma amostra, mas nem todos os grupos – como foi o caso dos Conselhos Regionais de Psicologia - podem fornecer os *emails* de seus membros para o pesquisador, o que causa um problema na amostra.

A predominância do sexo feminino nos dois grupos (utilizam e não utilizam AP) de respondentes deste estudo é um fato comum, nesta e em outras pesquisas realizadas com psicólogos no Brasil nas quais o percentual de mulheres é superior a 80% da amostra (IBOPE, 2004; Lhullier, 2013; Noronha, 2002; Padilha, Noronha & Fagan, 2007; WHO & CFP, 2001). E de acordo com Lhullier (2013) a predominância das mulheres na profissão ultrapassa as fronteiras brasileiras e se faz presente em outros países. Uma diferença no perfil é que a maioria dos respondentes que utilizam AP

tem algum título desde especialista até doutor (total: 75,2%), o que pode estar associado a uma maior segurança e habilidade para trabalhar com AP, enquanto 43% dos que não usa AP correspondem aqueles que possuem apenas a graduação. Resultado semelhante é encontrado no estudo de Hazboun (2012) ao dividir o Brasil por Região identificou-se no Nordeste um percentual maior de especialistas, seguido de graduados, mestres e doutores. Além disso, também semelhante foi o número de respondentes da Região supracitada e que afirmaram fazer uso da AP foi de 104 participantes, seguidos de 58 que referiram não utilizar AP. Cabe destacar que, nesse estudo de Hazboun (2012) o Nordeste foi a Região que obteve o menor tempo de prática em AP.

Em relação aos participantes que relataram não utilizar a AP destaca-se que a maioria tem de 22 a 29 anos e 65,8% graduaram-se nos últimos cinco anos, o que demonstra um perfil de profissionais jovens e ainda com pouca experiência. Nesse sentido, pode-se sugerir que estes profissionais podem não atuar na área por não terem adquirido o que se faz necessário na área em questão, que, segundo Primi (2011) é a competência para o uso dos instrumentos na avaliação psicológica, pois, esta competência é o que irá fazer a diferença entre uma prática na qual o psicólogo acaba fazendo uma discriminação social inadequada a partir do resultado de um teste e outra, na qual o psicólogo tem uma compreensão com discernimento das diferenças individuais, as quais são relevantes para a formação da opinião profissional. Também pode ter ocorrido o fato de profissionais não terem participado da pesquisa por considerá-la apenas dirigida a quem atua na área de avaliação e, assim, o percentual daqueles que não utilizam foi bem menor.

A maioria dos participantes que utilizam AP encontra-se numa faixa etária com idade acima do que os que não utilizam, ou seja, dos 30 aos 39 anos. Além disso, o percentual dos que moram na capital é 20% maior do que os que não usam AP, o que pode significar que por isso os primeiros usam AP – tem acesso mais fácil às informações, aos testes, formação continuada, pós-graduações, etc. em se tratando de pós-graduações, cabe mencionar o estudo de Yamamoto, Costa e Pereira (2013), o qual comprova que o Nordeste é a segunda região do país que possui mais Programas de Pós Graduação em Psicologia embora metade desses Programas da área encontram-se na Região Sudeste. Além disso, 85% dos PPGPSI da Região Nordeste são em Instituições Públicas Federais. Já os cursos de graduação em psicologia (Lisboa & Barbosa, 2009) encontram-se em sua maioria (62,1%) no interior. Os resultados desses dois estudos sugerem que há muitos profissionais de Psicologia no interior do Nordeste, incluindo o fato de ser esta a terceira Região que mais possui cursos de graduação (Lisboa & Barbosa, 2009), porém, os que se encontram na capital são aqueles que têm mais chances de realizar sua formação continuada.

Em relação aos cursos de formação e/ou aperfeiçoamento em AP verificou-se que os mais

referidos foram em relação a testes psicológicos e cursos na área de Psicologia do Trânsito. Em se tratando daqueles participantes que referiram que fizeram os cursos em testes psicológicos pode-se afirmar e reforçar os achados que aparecem nos resultados da pesquisa realizada por Mendes, Nakano, Silva & Sampaio (2013) onde muitos profissionais consideram Avaliação Psicológica apenas como aplicação de testes, numa visão restrita que deixa de caracterizar a avaliação como um processo para limitar-se à utilização de um instrumento específico, ou, uso indiscriminado de testes (Siqueira & Oliveira, 2011). Por outro lado, ocorre que os participantes estão realizando o que apregoa Hutz & Bandeira (2003) sobre a realização de cursos de atualização e se insira em programas de pós-graduação para a continuidade de sua formação e aprimoramento do conhecimento pertinente à construção e ao uso dos instrumentos de avaliação.

A área mais referida quanto ao uso da AP é a Clínica, seguida da área Trabalho/Organizacional assim como em outros estudos que apresentam resultados semelhantes (Bock, 1999; Ferreira Neto, 2004; Padilha, Noronha & Fagan, 2007; Hazboun, 2012) e mostram a continuidade do predomínio deste âmbito de atuação na Psicologia. Isso reforça a afirmação de Araújo (2007) sobre a necessidade de procedimentos clínicos que ultrapassem o contexto dos consultórios particulares. Ocorre que, os cursos de graduação em Psicologia preparam profissionais especializados para a prática de consultório particular (Meira & Nunes, 2005; Nunes et al., 2012), mantendo uma percepção do psicólogo como profissional liberal e clínico, o que se reflete na preferência dos recém-graduados por esta área de atuação e manutenção de um perfil profissional tradicional (Bardagi, Bizzarro, Andrade, Audibert, & Lassance, 2008; Meira & Nunes, 2005).

Ao questionar a faixa etária com a qual os participantes mais trabalham constatou-se que a maioria atua em AP com adultos, seguidos do que atuam mais com crianças, depois com adolescentes e apenas 1% que trabalha em AP com idosos. O fato de poucos profissionais trabalharem em AP com idosos chama atenção devido a necessidade decorrente do crescimento da população de idosos, que em números absolutos e relativos, é um fenômeno mundial e está ocorrendo a um nível sem precedentes (IBGE, 2002). Atualmente, existem no Brasil cerca de 21 milhões de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, o que representa, aproximadamente, 11% do total da população (Ministério da Saúde/Portal Brasil, 2012). Além disso, estimativas da Organização Mundial de Saúde (OMS) apontam que de 1950 a 2025 a quantidade de idosos no País aumentará 15 vezes. Com isso, o Brasil ocupará o sexto lugar no total de idosos, alcançando, em 2025, aproximadamente 32 milhões de pessoas com 60 anos ou mais de idade (Ministério da Saúde/Portal Brasil, 2012), o que demonstra uma necessidade premente de atendimento a esta parcela da

população.

Ao realizarem suas Avaliações Psicológicas 76,7% dos participantes desenvolvem um planejamento, ou seja, estabelece os objetivos da avaliação e em seguida o método para seu alcance corroborando com Alchieri (2003) ao definir a AP como o conjunto de procedimentos planejados e orientados por demanda oriunda da sociedade (indivíduos, grupos, instituições), conforme a atividade profissional do psicólogo (neuropsicólogo, psicólogo do trabalho, perito psicólogo, psicólogo do trânsito, etc.), cuja finalidade é examinar características psicológicas relevantes por meio de técnicas e instrumentos psicológicos específicos, fundamentar juízo especializado ou, ainda, produzir um diagnóstico. Com esta definição, o planejamento torna-se algo intrínseco ao processo da Avaliação Psicológica.

Portanto, o fato da maioria dos participantes mencionarem realizar o planejamento ao atuar em um processo de AP merece destaque, afinal, como esse tipo de avaliação pode dar subsídio para trabalhos realizados nas diversas áreas de atuação do psicólogo, entre elas, saúde, educação, trabalho e outras, sempre que houver necessidade – ela implica necessariamente um planejamento prévio e cuidadoso, considerando a demanda e os fins aos quais se destina.

Ocorre que, a avaliação deve fornecer informações cientificamente fundamentadas tais que orientem, sugiram, sustentem o processo de *tomada de decisão* em algum contexto específico no qual a decisão precisa levar em consideração informações sobre o funcionamento psicológico (Noronha & Alchieri, 2004). Em outras palavras, a AP tem por finalidade obter maior conhecimento do indivíduo, do grupo ou situações, a fim de atingir os objetivos definidos e, assim, auxiliar em processos de *tomada de decisões* (Wechsler, 1999). Diante desse contexto constata-se que a maioria dos participantes tem recebido e analisado sua demanda, tem realizado um planejamento da avaliação, enfim, buscado realizar uma AP com critérios de forma que, durante e ao final do processo, sua tomada de decisão seja uma ação mais segura e adequada.

Ao término deste estudo ficou evidente que, o exercício da profissão em profissionais da Região Nordeste requer por parte dos psicólogos uma prática reflexiva, a qual lhe permitirá a tomada de decisão mediante as diferentes necessidades oriundas dos diversos contextos nos quais atuam. Assim, considerando que a atuação do psicólogo está regulada por um Código de Ética Profissional, a sua violação expressa a crença de que ele não agiu de acordo com os

princípios e as normatizações de sua profissão (Anache & Reppold, 2010). Ainda referindo os comentários dessas autoras, constatou-se que, de fato, avaliar é uma atividade que implica juízo de valores e requer atenção por parte dos profissionais. Por isso, é imprescindível que os psicólogos sejam criteriosos no emprego das técnicas, com observância de resultados às pesquisas produzidas sobre o construto o qual está buscando compreender antes de emitir parecer e sobre a melhor forma de conduzir um processo avaliativo. Isso exige, do profissional, atualizações na área e, dos órgãos de classe, maior atenção ao ensino da avaliação psicológica. Cabe acrescentar as colocações de Kaslow et al (2009) ao afirmarem que, desenvolver e implementar métodos de avaliação ainda se configuram um desafio para educadores de Psicologia. E há necessidade de se adaptar ferramentas existentes além de desenvolver novas para vencer estes desafios. Os autores apregoam que agora é a hora dos profissionais da psicologia desenvolverem, avaliarem e disseminarem as melhores práticas e métodos de avaliação.

Ciertos bruxismos, cuando ocurren por fuera de la vida de vigilia constituyen una de las perturbaciones del dormir, existen varias que generalmente los acompañan, como las pesadillas o el sueño inquieto. Perturban el dormir relajado y tranquilo ya que cortocircuitan la inmovilidad del polo motor característica del durmiente.

Generalmente, los bruxismos dentarios constituyen fenómenos egosintónicos, es decir que no plantean conflictos al yo, hasta pueden ser incorporados como un beneficio secundario del síntoma, ganancia en la enfermedad.

Se tratan de síntomas o fenómenos que pueden escenificar directamente la acción de la defensa y lo pulsional, por ejemplo actuando de modo simbólico lo que el sujeto debería cortar, separar, tramitar, resolver, plantear de otro modo, de aquello que lastima con respecto a alguna situación, pensamiento o fantasía.

Por último: ¿Cómo funcionan ciertos bruxismos? ¿Cuáles son sus mecanismos? Utilizan el mecanismo de la represión como modo de evitar el displacer con el concomitante alejamiento de la Consciencia de contenidos psíquicos reprimidos. Otro mecanismo que se pone en juego en ciertos bruxismos dentarios es una regresión a la fase oral logrando una satisfacción directa acompañada de la corriente erótica masoquista que canaliza la tensión mediante una lesión en el propio cuerpo. Seguir investigando el tema es de suma importancia.

Referências

- Alchieri, J. C. (2003). *Avaliação Psicológica: conceito, método e instrumentos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Alchieri, J. C., & Bandeira, D. R. (2002). Ensino da Avaliação Psicológica no Brasil. In R. Primi (Org.), *Temas em Avaliação Psicológica*. Campinas: Impressão Digital do Brasil Gráfica e Editora Ltda. 11-22
- Anache, A. A. & Reppold, C. T. (2010). Avaliação psicológica: implicações éticas. In Conselho Federal de

- Psicologia. *Avaliação psicológica: diretrizes na regulamentação da profissão*. Brasília: CFP, 57-86.
- Araújo, M. F. (2007) Estratégias de diagnóstico e avaliação Psicológica. *Psicologia: Teoria e Prática*, 9(2), 126-141.
- Arzeno, M. E. G. (2003). Psicodiagnóstico clínico. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bardagi, M. P., Bizarro, L., Andrade, A. M. J., Audibert, A. & Lassance, M. C. P. (2008). Avaliação da formação e trajetória profissional na perspectiva de egressos de um curso de psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 28(2), 304-315.
- Bock, A. M. B. (1999). Atuação profissional e formação do psicólogo: os desafios da modernidade. *Psicologia em estudo*, 4(1), 1-12.
- Carneiro, J. M. T., Dib, L. A. R. (2011). O uso da internet em surveys: oportunidades e desafios. *Administração: Ensino e Pesquisa*. Rio de Janeiro, 12(4), 641-670.
- Catão, M. F. M.; Coutinho, M. P. L. D. & Jacquemin, A. (1997). Avaliação psicológica: do quantitativismo à participação. In Sociedade Brasileira de Rorschach (Ed.) *Anais do I Congresso da SBRO*, 162-166, São Paulo, Brasil: SBRO.
- Dolnicar, S., Laesser, C. & Matus, K. (2009). Online Versus Paper: Format effects in tourism surveys. *Journal of Travel Research*, 47(3), 295-316.
- Ferreira Neto, J. L. (2004). *A formação do Psicólogo: clínica, social e mercado*. Belo Horizonte: Fumec.
- Freitas, H., Janissek-Muniz, R. & Moscarola, J. (s/d). Uso da Internet no processo de pesquisa e análise de dados. Recuperado <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/4801/000504797.pdf?sequence=1>
- Gosling, S. D., Vazire, S., Srivastava, S. & John, O. P. (2004). Should We Trust Web-Based Studies? A Comparative Analysis of Six Preconceptions about Internet Questionnaires. *American Psychologist*, 59(2), 93-104.
- Gunter, B., Nicholas, D., Huntigton, P. & Williams, P. (2000). Online versus offline research: implications for evaluation digital media. *Aslib Proceedings*, 54(4), 229-239.
- Hazboun, A. M. (2012). *Critérios utilizados por psicólogos brasileiros em práticas de avaliação psicológicas* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal).
- Hazboun, A. M. & Alchieri, J. C. (2014). Dificuldades em Avaliação Psicológica Segundo Psicólogos Brasileiros *Psico* 45(1), 83-89.
- Hazboun, A. M. & Alchieri, J. C. (2013). *Justificativas e concepções de psicólogos que não utilizam avaliação psicológica*. *Aval. psicol.*, Itatiba. 12(3).
- Hutz, C. S. & Bandeira, D. R. (2003). Avaliação psicológica no Brasil: situação atual e desafios para o futuro. In Yamamoto, O. H. & Gouveia, V. V. *Construindo a psicologia brasileira: desafios da ciência e prática psicológica*, 261-277. São Paulo, Brasil: Casa do Psicólogo.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2002). IBGE lança o Perfil dos Idosos Responsáveis pelos Domicílios. Recuperado: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/25072002pidoso.shtm>
- Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística - IBOPE Opinião. (2004). *Pesquisa de opinião com psicólogos inscritos no Conselho Federal de Psicologia*. Brasil. Março 2004. Recuperado de http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/faq/faqDocumentos/Pesquisa_IBOPE.pdf
- Kaslow, N. J. et al (2009). Competency assessment Toolkit for Professional Psychology. In *Training and Education in Professional Psychology*, 3(4), 527-545.
- Kraut, R., Olson, J., Banaji, M., Bruckman, A., Cohen, J. & Couper, M. (2003). Psychological Research Online: Opportunities and Challenges. Recuperado de <http://www.apa.org/science/leadership/bsa/internet/internet-report.pdf>
- Leite, O. A. (2011). A medida no exame psicológico: reflexões sobre o significado clínico da medida. In Grupo de Trabalho do Ano Temático da Avaliação Psicológica (Org.), *Ano da Avaliação Psicológica – Textos Geradores* (pp. 29-36). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Lefever, S., Dal, M. & Matthíasdóttir, Á. (2007). Online data collection in academic research: advantages and limitations. *British Journal of Educational Technology*, 38: 574–582. doi:10.1111/j.1467-8535.2006.00638.x
- Lhullier L. A. (org). (2013). Quem é a psicóloga brasileira? Mulher, psicologia e trabalho. Conselho Federal de Psicologia, Brasília: CFP. Recuperado de <http://site.cfp.org.br/cfp-lanca-publicacao-quem-e-a-psicologa-brasileira-mulher-psicologia-e-trabalho/>
- Lisboa, F. S. & Barbosa, A. J. G. (2009). Formação em Psicologia no Brasil: um perfil dos cursos de graduação. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(4), 718-737.
- Löhr, S. S. (2011). Avaliação psicológica na formação do profissional da Psicologia, algumas reflexões. In Grupo de Trabalho do Ano Temático da Avaliação Psicológica (Org.), *Ano da Avaliação Psicológica – Textos Geradores* (pp. 143-149). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Malhotra, N. (2006). Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 4ª Ed. Porto Alegre: Bookman.
- Meira, C. H. M. G., & Nunes, M. L. T. (2005). Psicologia clínica, psicoterapia e o estudante de psicologia. *Paidéia*, 15(32), 339-343.
- Mendes, L. S.; Nakano, T. C.; Silva, I. B. & Sampaio, M. H. L. (2013). Conceitos de avaliação psicológica: conhecimento de estudantes e profissionais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(2), 428-445.

- Ministério da Saúde – Portal Brasil (2012, 03 de outubro). Brasil fará parte de pesquisa internacional sobre idoso. Recuperado de <http://www.brasil.gov.br/saude/2012/10/brasil-fara-parte-de-pesquisa-internacional-sobre-idoso>.
- Noronha, A.P.P. (2002). Os problemas mais graves e mais frequentes no uso dos testes psicológicos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(1), Porto Alegre.
- Noronha, A. P. P. & Alchieri, J. C. (2004). Conhecimento em avaliação psicológica. *Estudos de Psicologia*, 21(1), 43-52.
- Noronha, A. P. P.; Reppold, C. T. (2010). Considerações sobre a avaliação psicológica no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 30, n. esp, Brasília, DF, Brasil.
- Noronha, A. P. P., Batista, M. A., Carvalho, L., Cobêro, C., Cunha, N. B., Dell'Agli, B. A. V., Filizatti, R., Zenorini, R. P. C., & Santos, M. M. (2005). Ensino de avaliação psicológica em instituições de ensino superior brasileiras. *Universitas, Ciências da Saúde*, 3(1), 1-14.
- Noronha, A. P. P.; Primi, R.; Alchieri, J. C. (2005). Instrumentos de avaliação mais conhecidos/ utilizados por psicólogos e estudantes de psicologia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(3), Porto Alegre.
- Nunes, M. A. F. O., Muniz, M., Reppold, C. T., Faiad, C., Bueno, J. M. H. & Noronha, A. P. P. (2012). Diretrizes para o ensino de avaliação psicológica. *Avaliação Psicológica, Pepsic*, 11(2), 309-316.
- Ocampo, M. L. S. et al. (2005). O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Padilha, S.; Noronha, a. P. P. & Fagan, C. Z. (2007). Instrumentos de avaliação psicológica: uso e parecer de psicólogos. *Avaliação Psicológica*, junho, 6(1), 69-76.
- Pasquali, L. & Alchieri, J. C. (2001). Os testes psicológicos no Brasil. In Pasquali, L. Técnicas de Exame Psicológico – TEP. Volume I: *Fundamentos das técnicas psicológicas*, 195-221, São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Paula, A. V.; Pereira, A. S.; Nascimento, E. (2007). Opinião de alunos de psicologia sobre o ensino em avaliação psicológica. *Psico-USF*, 12(1), Itatiba.
- Primi, R. (2011). Responsabilidade e ética no uso de padrões de qualidade profissional na avaliação psicológica. In Grupo de Trabalho do Ano Temático da Avaliação Psicológica (Org.), *Ano da Avaliação Psicológica – Textos Geradores* (pp. 53-57). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Ray, N. M. & Tabor, S. W. (2003). Cybersurveys come of age. *Marketing Research*. Spring, 32-37.
- Santos, A. A. A. dos (2011). O possível e o necessário no processo de avaliação psicológica. In Grupo de Trabalho do Ano Temático da Avaliação Psicológica (Org.), *Ano da Avaliação Psicológica – Textos Geradores* (pp. 13-16). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Siqueira, I. L. S. M. & Oliveira, M. A. C. (2011). O processo de avaliação psicológica. In Grupo de Trabalho do Ano Temático da Avaliação Psicológica (Org.), *Ano da Avaliação Psicológica – Textos Geradores* (pp. 43-48). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Taylor, H. (2000). Does internet research work? *Journal of the Marketing Research Society*. London. Winter.
- Vendramini, C. & Lopes, F. (2008). Leitura de manuais de testes psicológicos por estudantes profissionais de psicologia. *Avaliação psicológica*, 7, 93-105.
- Vieira, H. C., Castro, A. E. & Schuch Junior, V. F. (2010). *O uso de questionários via e-mail em pesquisas acadêmicas sob a ótica dos respondentes*. XIII SEMEAD – Seminários em Administração. Recuperado de http://www.ead.fea.usp.br/semead/13semead/resultado/an_resumo.asp?cod_trabalho=612
- Wechsler, S. M. (1999). Guia de procedimentos éticos para a avaliação psicológica. Em S. M. Wechsler & R. S. L. Guzzo (Org.). *Avaliação psicológica: Perspectiva internacional*, 133-141, São Paulo: Casa do Psicólogo
- Wright, K. B. (2005). Researching Internet-Based Populations: Advantages and Disadvantages of Online Survey Research, Online Questionnaire Authoring Software Packages, and Web Survey Services. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 10: 00. doi: 10.1111/j.1083-6101.2005.tb00259.x
- WHO Instituto de Pesquisa de Opinião e Mercado & Conselho Federal de Psicologia. (2001). Pesquisa feita junto aos Associados do Conselho Federal de Psicologia: Relatório Final. *Relatório on-line*. Recuperado de http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/faq/faqDocumentos/Pesquisa_WHO.pdf
- Yamamoto, O. H., Costa, A. L. & Pereira, N. L. S. L. F. (2013). Notas para uma discussão da assimetria regional na pós-graduação: a Psicologia na região Nordeste. *Boletim da Anpepp*, 45, p. 03. Recuperado em 30 junho, 2013 de http://arquivo/download?ID_ARQUIVO=25

Fecha de recepción: 22-01-2014

Fecha de aceptación: 07-04-2015